

# a política salarial e os trabalhadores em minas gerais nos anos 50

Heloisia Helena Pacheco Cardoso  
Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia

## RESUMO

Os anos 50 são marcados pelas políticas de planejamento adotadas pelo Estado, que se apresentava, de um lado, como fator de equilíbrio das relações sociais e, de outro, assumia seu real papel como parte integrante dos grupos capitalistas. Neste contexto, em meio a uma situação caracterizada por uma curva inflacionária ascendente, a análise das condições de vida dos trabalhadores e sua relação com os salários possibilitam-nos perceber a dinâmica das relações sociais vividas em Minas Gerais neste período.

Palavras-chave: Minas Gerais anos 50, trabalhadores urbanos, salários e custo de vida, movimentos sociais.

## ABSTRACT

The fifties are marked by the planning policies adopted by the State, what was presented, on one side, as balance factor of the social connections and, on the other side, was taking over its real character as an integrated part of the capitalist groups. On this context, in the midst of a situation characterized by an ascendant inflationary bend, the analysis of the workers living conditions and their connection with the salaries give us possibilities to perceive the dynamics of the social connections lived in Minas Gerais on this period.

Key words: Minas Gerais on the fifties, urban workers, salaries and cost of living, social movements.

As políticas econômicas implementadas no Brasil, no período 1945-1960, acenaram sempre com a possibilidade de uma sociedade mais justa e de melhoria da situação do trabalhador brasileiro\*. Grandes foram os esforços para que o processo de industrialização avançasse rapidamente e, em consequência, elevasse as condições sociais da população. Pelo menos a nível do discurso, esta relação entre causa e efeito se apresentava de forma clara e possível de se concretizar.

\* As reflexões apresentadas neste artigo estão na minha tese de doutorado, intitulada *Conciliação, Reforma e Resistência: governo, empresários e trabalhadores em Minas Gerais nos anos 50*, defendida na Universidade de São Paulo, em 1998.

Neste período, a indústria ganhou um papel de destaque na economia, com a expansão do parque industrial, através da implantação de setores com tecnologias modernas, ao lado dos tradicionais. Os ramos mais dinâmicos, produtores de bens de consumo duráveis, intermediários e de capital, se desenvolveram ao lado da indústria têxtil e da de alimentos, que ainda empregavam o maior número de mão-de-obra. A região Centro-Sul concentrou os esforços e os investimentos públicos e privados, colocando o Estado de São Paulo na vanguarda do "desenvolvimentismo".

O processo de industrialização alterou a distribuição da população entre campo e cidade. Os centros urbanos começaram a inchar e tanto o espaço físico como a relação entre as pessoas se modificaram. A concentração da população nos centros urbanos, em uma fase de democracia política e crises econômicas, que se manifestavam nas altas do custo de vida, favoreceu as manifestações populares. As taxas inflacionárias em elevação produziam um aumento geral e cumulativo dos preços, afetando principalmente os rendimentos fixos. Em 1944 a inflação chegou a 20%, baixando para 15% no ano seguinte. Este recuo continuou até 1948, quando a taxa registrada foi de 5,9%. A partir daí começou um movimento ascendente e a inflação alcançou 8,1% e 9,2% em 1949 e 1950, respectivamente<sup>1</sup>. No final da década, ela foi bastante alta, em comparação com os anos anteriores, batendo na casa dos dois dígitos e atingindo 52% no ano de 1959. Os salários dos trabalhadores, apesar das correções, iam, no dia-a-dia, diminuindo sua capacidade de compra, levando a reivindicação salarial para a pauta dos movimentos grevistas do período.

Marcaram esta fase não só os movimentos grevistas, que se identificavam com categorias profissionais específicas e tinham uma organização mais formal no encaminhamento das suas reivindicações, mas também outras formas de expressão do descontentamento popular. Foram os quebra-quebras a forma que a multidão encontrou para expressar sua revolta com as condições econômicas e sociais que afetavam o seu cotidiano. Operários, empregados eventuais, desempregados, pequenos comerciantes e estudantes protestaram contra o aumento das tarifas de transportes, contra a venda de produtos de primeira necessidade no câmbio negro por preços abusivos, enfim, contra a carestia da vida.

<sup>1</sup> Índices citados por: VIANNA, Sérgio Besserman. Política econômica externa e industrialização: 1946-1951. In: ABREU, Marcelo de Paiva (Org.). *A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana 1889-1989*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

Sob quaisquer formas, mais organizadas ou mais espontâneas, estas manifestações colocavam a relação entre inflação, custo de vida e salários como uma questão primordial no dia-a-dia da população. Esta questão, aparentemente "neutra", se encarada apenas sob a óptica dos dados quantitativos, pode levar-nos a uma melhor visão das condições de vida dos trabalhadores urbanos se, no cruzamento com outras fontes, for possível analisar o padrão de vida dos diversos segmentos sociais, considerando o seu acesso à alimentação, à saúde, à educação, à habitação, ao transporte e ao lazer.

As variações do custo de vida levantadas pelos diversos institutos de pesquisa, nas décadas de 40 e 50, contêm, no geral, deficiências que impedem uma análise mais profunda da situação social. Os resultados apresentados eram decorrentes dos itens eleitos para compor o custo de vida, e da sua subdivisão interna, os quais se identificavam, muitas vezes, com o consumo da população de maior renda, não correspondendo ao dos trabalhadores.

Assim, nas décadas de 40 e 50, as pesquisas realizadas no Brasil, para levantamento do comportamento dos preços de bens e serviços disponíveis ao consumo, podem ser consideradas precárias. Vários órgãos tentaram fazer este trabalho, entre eles a Divisão de Estatística e Documentação Social da Prefeitura de São Paulo, o Departamento Econômico da Revista *Conjuntura Econômica*, o Serviço de Estatística e Previdência do Trabalho do Distrito Federal. Em 1952, a Comissão Nacional de Bem-Estar Social, do governo Vargas, realizou em todo o país uma pesquisa sobre o padrão de vida de grupos sociais da população brasileira, com ênfase na situação da classe operária. Foi a pesquisa mais ampla, no gênero, realizada no Brasil até aquele momento.

Apesar das deficiências das metodologias empregadas e da variedade dos resultados obtidos nas diversas pesquisas, os dados apurados fornecem-nos, pelo menos, um parâmetro para a análise das condições de vida dos trabalhadores e sua relação com os salários, uma vez que as mudanças no salário-mínimo tomavam por base as alterações de preço ao consumidor, mudanças que influenciavam também o reajustamento dos salários mais elevados.

Na Consolidação das Leis do Trabalho, o salário-mínimo foi definido como

"(...) a contrapartida mínima devida e paga diretamente pelo empregador a todo trabalhador, inclusive ao trabalhador rural, sem distinção de sexo, por dia normal de serviço, e capaz de satisfazer, em deter-

minada época e região do país, as suas necessidades normais de alimentação, habitação, vestuário, higiene e transportes."

Competia às Comissões de Salário-Mínimo fixar ou alterar os índices para cada região, a partir das condições econômicas e do salário então pago aos trabalhadores. As Comissões tinham um número de componentes fixado pelo Ministério do Trabalho, que variava entre o mínimo de 5 e o máximo de 11. Em Minas Gerais, a Comissão era composta de 11 elementos. Neste caso, 5 eram representantes dos empregados e 5, dos empregadores, sendo o presidente nomeado pelo Presidente da República "dentre cidadãos brasileiros de notória idoneidade moral, versados em assuntos de ordem econômica e social", de acordo com o Art. 97 da C.L.T.

Quando da fixação de um novo salário-mínimo, a decisão deveria ser publicada por 90 dias, prazo no qual empregados e empregadores poderiam encaminhar suas observações para análise, após o que o salário-mínimo era dado como definitivo. A partir daí, cabia recurso ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. O salário era fixado para 3 anos. Poderia, excepcionalmente, ser modificado antes disto, se a situação econômica e financeira das regiões o exigisse, o que de fato aconteceu, principalmente ao final da década de 50, quando os prazos foram drasticamente reduzidos, justificados na excepcionalidade que a legislação permitia.

Na efetivação do caráter regional dos salários, o país foi dividido em regiões (Estados, Distrito Federal e Território do Acre) e sub-regiões, com valores diferenciados, de acordo com as condições econômicas de cada uma delas. A divisão em sub-regiões foi alterada no decorrer da década, como podemos observar na evolução do salário-mínimo em Minas Gerais, no período de 1940 a 1961.

Depois de um reajuste do salário-mínimo em 1943, passaram-se mais de oito anos para que outro acontecesse em 1951, entrando em vigor em 1952. As correções que ocorreram a partir daí, se, no momento inicial da decretação dos novos índices, recuperavam, em parte, o seu valor real, ou seja, a sua capacidade de compra em 1940, em seguida, a inflação deteriorava este valor.

A própria Confederação Nacional da Indústria reconheceu a erosão dos salários, provocada pela inflação. Em um de seus artigos, a revista *Desenvolvimento & Conjuntura*<sup>2</sup> ressaltou o irrisório poder de compra

<sup>2</sup> "Panorama social — o novo salário-mínimo". *Desenvolvimento & Conjuntura*. Rio de Janeiro, Ano V, n. 11, nov. 1961, pp. 41-46.

Minas Gerais. Salário-mínimo mensal, 1940/1961

Data	Decreto	Valor sub-regiões	Cidades sub-regiões	Observações
1º/05/40	n. 2.162	1º - 170 \$ 000 2º - 120 \$ 000	1º - BH, Juiz de Fora, Nova Lima, Uberaba, Uberlândia 2º - Demais municípios	- vigorar em julho de 1940 - prazo de 3 anos - cálculo: 200 h mensais
15/07/43	n. 5.570	1º - Cr\$ 212,00 2º - Cr\$ 156,00	1º - BH, Juiz de Fora, Nova Lima, Uberaba, Uberlândia, S. J. del Rei, Itajubá 2º - Demais municípios	- prorroga o decreto anterior - acréscimo concedido p. Coord. de Mobilização
10/11/43	n. 5.977	1º - Cr\$ 270,00 2º - Cr\$ 210,00	Sem alteração	- prazo de 3 anos - vigorar em dezembro de 1943
24/12/51	n. 30.342	1º - Cr\$ 900,00 2º - Cr\$ 800,00 3º - Cr\$ 650,00	1º - BH, Juiz de Fora, Nova Lima, S. J. del Rei 2º - Itajubá, Uberaba, Uberlândia 3º - Demais municípios	- prazo de 3 anos - cálculo: 240 h semanais - vigorar em janeiro de 1952
1º/05/54	n. 34.450	1º - Cr\$ 2.200,00 2º - Cr\$ 2.100,00 3º - Cr\$ 2.000,00	1º - BH, Juiz de Fora, Nova Lima, S. J. del Rei, D. I. de Contagem 2º - Itajubá, Uberaba, Uberlândia 3º - Demais municípios	- prazo de 3 anos - vigorar em julho de 1954
14/07/56	n. 39.604-A	1º - Cr\$ 3.300,00 2º - Cr\$ 3.100,00 3º - Cr\$ 2.850,00	1º - BH, Juiz de Fora, Nova Lima, D. I. de Contagem 2º - Barbacena, Itajubá, Lavras, S. Dumont, S. J. del Rei, Uberaba, Uberlândia 3º - Demais municípios	- prazo de 3 anos - vigorar em agosto de 1956 - MG é a 18ª região
24/12/58	n. 45.106	1º - Cr\$ 5.300,00 2º - Cr\$ 4.300,00 3º - Cr\$ 3.800,00	1º - BH, Barbacena, C. Lafaiete, D. I. de Contagem, Itajubá, Juiz de Fora, Nova Lima, S. Dumont, S. J. del Rei, Uberaba, Uberlândia 2º - Barroso, C. Fabriciano, Itabira, Itabirito, Itaúna, Lavras, Monlevade, Rio Acima, Sabará 3º - Demais municípios	- prazo de 3 anos - vigorar em janeiro de 1959
15/10/60	n. 49.119-A	1º - Cr\$ 8.480,00 2º - Cr\$ 6.880,00 3º - Cr\$ 6.080,00	Sem alteração	- prazo de 3 anos
13/10/61	n. 51.336	1º - Cr\$ 11.872,00 2º - Cr\$ 9.632,00 3º - Cr\$ 8.512,00	1º - BH, Barbacena, C. Lafaiete, C. Fabriciano, D. I. de Contagem, Itabira, Itabirito, Itajubá, Itaúna, J. Fora, Nova Lima, Rio Acima, Sabará, S. Dumont, S. J. del Rei, Uberaba, Uberlândia 2º - Além Paraíba, Araxá, B. de Cocais, Barroso, Caeté, Cataguases, Curvelo, Divinópolis, G. Valadares, Lavras, Leopoldina, M. Claros, Muriaé, Ouro Preto, Pitangui, Poços de Caldas, P. Nova, Rio Piracicaba, S. A. do Monte, S. J. Nepomuceno, S. Julião, Sete Lagoas, Teófilo Otoni, Varginha 3º - Demais municípios	- referência explícita a alta do custo de vida e necessidade de manutenção da paz social - vigorar em 16 de outubro de 1961

dos salários em 1951, quando chegaram a "proporções inteiramente desumanas", correspondendo apenas a 38% do valor do salário-mínimo decretado em 1940. O artigo destacou ainda

"[...] que em 1952 os níveis decretados não atingiram, em termos reais, os valores de 1940. Mudando, entretanto, a base dos cálculos para 1959, vamos encontrar um salário-mínimo real da ordem de apenas 68% em junho de 1960. Novamente recuperado (por lei), para 100%, em outubro de 1960, esse salário deteriorou-se no seu valor real, meses após, até atingir apenas 84% em julho de 1961. Finalmente em outubro último, reconquistou seus níveis anteriores e mesmo ultrapassando-o de vez que, em termos de 1959, ficou acrescido de mais 6% (índice igual a 106, com base em 1959).

Essa sinfonia econômica executada na base da 'harmônica', todavia, não pode ainda ser interrompida no país. Agora mesmo, os novos mínimos recém-fixados deverão valer apenas os mesmos cruzeiros de outubro de 1960, ou de janeiro de 1959, ou ainda de junho de 1940, com reais prejuízos para a nação."

E o problema não era só com relação ao salário-mínimo. As suas alterações afetavam toda a estrutura dos salários e, conseqüentemente, a dos preços. Em seguida a elas, e tendo por base os novos valores, as diversas categorias profissionais iniciavam os seus movimentos reivindicatórios, tanto por meio de reclamações trabalhistas, quanto através de greve.

Os salários na indústria ultrapassavam o salário-mínimo e eram diferenciados nos diversos ramos de atividade. As mulheres eram em maior número na indústria têxtil, mas, ainda assim, os seus salários eram inferiores aos dos homens. Em um mesmo ramo de atividades, havia diferenças regionais: nos Estados do Nordeste os salários médios eram mais baixos, enquanto o Distrito Federal, em 1948, por exemplo, apresentava uma média mais alta.

Considerando a região Centro-Sul, em Minas Gerais a remuneração era relativamente baixa. Nesta data (1948), estava em vigor o salário-mínimo decretado em 1943, que, no Estado, atingia Cr\$270,00 na primeira sub-região, e Cr\$210,00 nos demais municípios, o que significava em torno de duas vezes o salário-mínimo para as mulheres e três para os homens, em média, pelo trabalho na indústria têxtil ou metalúrgica, embora nesta última o salário fosse um pouco maior.

Média dos salários nas indústrias têxtil e metalúrgica (em cruzeiros) - dezembro de 1948

Unidades da Federação	Têxtil		Metalúrgica	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Minas Gerais	631,60	422,70	657,10	436,30
Espírito Santo	519,80	304,40	546,10	700,00
Rio de Janeiro	755,60	490,60	1.226,40	1.040,00
Distrito Federal	1.015,60	664,80	1.105,80	794,60
São Paulo	889,00	604,00	1.147,60	745,00
Paraná	891,60	502,70	891,70	475,40
Santa Catarina	910,90	536,40	831,80	554,80
Rio Grande do Sul	1.014,80	604,50	1.017,80	567,80

FONTE: I.A.P.I. - Censo dos Industriários. Citado em *Conjuntura Econômica*. Rio de Janeiro, n. 12, dezembro/1949, p. 37.

Salários médios mensais p; gos a diversas categorias profissionais (em cruzeiros) - 1952

Profissões	Minas Gerais	São Paulo	Rio de Janeiro	Rio Grande do Sul
Padeiro ( torneiro )	1.020	1.380	1.225	1.090
Cortador ( calçado )	1.260	1.650	1.530	1.320
Pespontador ( calçado )	1.200	1.590	1.500	1.230
Cerâmica e vidro	1.110	1.590	1.590	1.140
Pedreiro	1.680	2.400	2.190	1.980
Servente de pedreiro	810	1.260	1.110	1.080
Couros e peles	990	1.500	1.350	1.200
Compositor manual	1.200	1.620	1.470	1.290
Compositor linotipo	1.500	2.190	2.190	1.680
Impressor	1.200	1.620	1.560	1.290
Serrador	1.290	1.710	1.680	1.290
Marceneiro	1.710	2.190	2.280	1.830
Fundidor	1.410	2.010	2.100	1.710
Modelador	1.590	2.100	2.280	1.920
Mineração	810	1.350		1.020
Químico (1)	1.270	1.770	1.590	1.737
Tecelão ( tr. manual)	900	1.410	1.470	1.260
Tecelão ( tr. mecânico )	840	1.350	1.500	1.320
Fiandeiro	810	1.200	1.140	1.290
Bombeiro	1.560	2.100	2.130	1.680
Carpinteiro	1.620	2.250	2.190	1.740
Eletricista	1.380	2.100	2.130	1.560
Ferreiro	1.350	1.950	1.800	1.470
Motorista	1.300	1.630	1.775	1.320
Pintor ( operário )	1.680	2.100	2.190	1.590
Soldador	1.590	2.040	2.040	1.740
Torneiro-mecânico	1.890	2.400	2.310	2.010
Tratorista	1.710	2.040	2.430	1.650

FONTE: Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho - Salário Profissional — Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Citado em RACHE, Athos de Lemos. *Contribuição ao Estudo da Economia Mineira*. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1957, p. 61.

Se observarmos os salários médios mensais pagos a diversas categorias profissionais, em 1952, e compararmos os dados relativos a Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, os principais Estados industrializados, veremos que em Minas este salário médio era mais baixo do que nas demais regiões. Situação inversa acontecia com o mínimo que, em Minas, foi fixado em parâmetros mais elevados. Isto fazia com que os salários das diversas categorias profissionais se fossem aproximando cada vez mais dele, correspondendo, às vezes, a pouco mais do que o decretado para as diversas sub-regiões.

Os momentos de fixação de novos índices para o salário-mínimo sempre foram polêmicos e resultaram em situações de tensão, marcadas por conflitos entre empregados e empregadores. Do ponto de vista dos empregadores, os percentuais de aumento eram sempre elevados, o que resultaria na inviabilidade do desenvolvimento do Estado. Do ponto de vista dos trabalhadores, os aumentos eram sempre insuficientes para fazer frente às necessidades cotidianas.

Em 1954, a fixação do mínimo em Minas resultou em crise. Nomeada a Comissão, sob a presidência de Lívio de Freitas, da UDN de Conselheiro Pena, as desavenças começaram a se manifestar, resultando no abandono das negociações pelos representantes dos empregadores. A nova proposta foi aprovada, então, por seis votos, dos representantes dos empregados e do presidente da Comissão; portanto, por maioria.

A queixa primordial dos empregadores era quanto "à disparidade do salário-mínimo fixado para outros Estados em bases menores, tais como São Paulo, Rio Grande do Sul e Paraná". A diferença, colocando os salários, em algumas regiões de Minas, acima dos de outros Estados, iria prejudicar o avanço da economia mineira e a execução do binômio Energia e Transportes. Os trabalhadores, em Memorial assinado pelo Congresso dos Trabalhadores de Minas Gerais, defenderam posição contrária, afirmando: "os trabalhadores, encontrando melhores e mais justas remunerações, sentir-se-ão mais tranquilos e mais capazes de oferecer a sua parcela de sacrifícios e de trabalho em favor de sua terra e de sua Pátria". E mais: com melhores salários os trabalhadores responderiam com maior participação aos planos governamentais, "sendo certo que no âmbito estadual virão emprestar mais decididamente ainda o seu

<sup>1</sup> "A história ainda não contada da fixação do salário-mínimo para Minas". *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 12/maio/1954, p. 3.

apoio ao vosso próprio programa de governo, que tão de perto consulta aos nossos interesses<sup>4</sup>.

Mais profunda do que a polêmica em torno dos índices do salário-mínimo estava a divergência de interesses entre as classes sociais. Ocupando posições antagônicas na economia capitalista, confrontavam a perspectiva de lucro, os investimentos e a concentração do capital com o ideal de melhores condições de vida e maior participação na riqueza nacional. Esta divergência tornou-se bastante visível no desenvolver da polêmica sobre o salário-mínimo após sua decretação, em 1º de maio de 1954.

Ondas de protestos partiram de várias regiões do Estado de Minas. Os representantes da indústria conclamavam, através da imprensa, que as fábricas dispensassem seus empregados e os colocassem à disposição do Presidente da República. O telegrama que a Fundação Oriente, de Pará de Minas, enviou ao Sr. Getúlio Vargas era um exemplo da pressão dos empresários sobre o governo pela revisão dos índices salariais:

"Diante da absurda **disparidade** na fixação dos salários mínimos, chegamos à conclusão lógica de que V. Excia, deliberadamente, quer fazer sucumbir a economia mineira. E, como a nossa empresa não poderá suportar o tão pesado encargo, deliberamos cessar as nossas atividades industriais e estamos expedindo **aviso prévio** a todos os nossos dignos operários que a partir de trinta dias estarão à disposição de V. Excia (...)."

"Na conformidade do artigo 486 da Consolidação das Leis do Trabalho, caberá à União indenizá-los pelo tempo de serviço prestado à nossa empresa fechada **por imposição dos caprichos de V. Excia. contra Minas Gerais**<sup>5</sup>.

Não poderia ser outra a nossa atitude, em face do rude golpe

<sup>4</sup> "Salário-Mínimo. Memorial entregue ao Senhor Governador do Estado, expressando o pensamento do Congresso dos Trabalhadores de Minas Gerais." *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 12/maio/1954, p. 3.

<sup>5</sup> O Art. 486 da C.L.T. determinava que "No caso de paralisação temporária ou definitiva do trabalho, motivada por ato de autoridade municipal, estadual ou federal, ou pela promulgação de lei ou resolução que impossibilite a continuação da atividade, prevalecerá o pagamento da indenização que ficará a cargo do Governo responsável." (Redação introduzida pela Lei n. 1.530, de 26 de dezembro de 1951.)

desferido por V. Excia conta a nossa economia, feita com suor e sacrifício'."

O Estado de Minas impetrou um mandado de segurança junto ao Supremo Tribunal Federal, que resultou na suspensão temporária da vigência do salário-mínimo em todo o país. Esta era uma medida propícia a fazer eclodir o conflito social, uma vez que o custo de vida já havia aumentado consideravelmente. Os trabalhadores responderam com a ameaça de greve geral. O governo chegou a preparar um decreto com novos níveis de salário para o Estado de Minas, que vinha ao encontro dos interesses patronais: primeira sub-região, Cr\$1.850,00; segunda sub-região, Cr\$1.650,00; e outros municípios, Cr\$1.300,00. Redução considerável nos valores do decreto de 1º de maio, que eram de Cr\$2.200,00, Cr\$2.100,00 e Cr\$2.000,00, respectivamente, e que, afinal, prevaleceu.

A greve geral exigindo o pagamento do novo salário teve início em Belo Horizonte e atingiu algumas cidades do interior, como Juiz de Fora. As manifestações duraram 5 dias, de 16 a 21 de agosto, e terminaram com a mediação do governo estadual de Juscelino Kubitschek. Na visão dos industriais, os salários decretados em 1954 eram uma ameaça ao impulso de industrialização e conduziram o Estado a uma situação de pauperismo. Posição extremada esta, que tentava justificar a fraca posição de Minas entre os Estados mais industrializados.

Com o aumento vertiginoso dos preços o salário foi perdendo seu poder de compra e, já no começo de 1956, iniciou-se a movimentação pela sua revisão. Neste período, a Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio, em documento<sup>7</sup> divulgado nos principais jornais do país, empreendeu campanha a favor da revisão dos níveis do salário-mínimo. Considerando que este constituía apenas um elemento na luta pela melhoria do padrão de vida dos trabalhadores, o documento enumerava outros fatores que mereciam também a ação do governo: transportes deficientes, capacidade de armazenamento insuficiente, excesso de intermediários, elevada margem de lucro e especulação desenfreada com a retenção criminosa de estoques. O documento apresentava

<sup>6</sup> "Estão à sua disposição nossos operários." *O Repórter*, Uberlândia, 18/maio/1954, p.1.

<sup>7</sup> "Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio". *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 17/fev./1956, p. 5.

uma visão mais abrangente da questão salarial, pleiteando a efetivação de uma política econômica que atendesse aos anseios de melhor padrão de vida para as camadas populares, sem questionar os pilares básicos da estrutura capitalista vigente.

O governo federal se colocou novamente, em 1956, na posição de supervisor do conflito entre empregados e empregadores. Na visão do vice-presidente da República, João Goulart, a questão era reajustar o valor real dos salários à realidade, marcada pela carestia e pela redução da capacidade de compra dos assalariados. As tabelas salariais diferenciadas por região transformavam o salário-mínimo em uma questão técnica, cujo índice seria determinado a partir dos estudos, feitos pelas comissões, das oscilações do custo de vida em cada região. Desta forma, o governo acreditava estar eliminando a luta entre as classes e recuperando a "harmonia" social.

Do ponto de vista dos empregadores, o raciocínio era inverso: os aumentos de salário eram a causa principal da elevação dos preços. A partir desta premissa, e alegando dificuldades em absorver os custos da majoração salarial, os empregadores resistiram às novas tabelas propostas e ameaçaram com as demissões. Concretizava-se mais uma volta no novelo da relação inflação, custo de vida e salários.

Teoricamente, as alterações do salário-mínimo, durante toda a década de 50, tentavam corrigir o poder de compra dos assalariados, suprimindo a família em suas necessidades mínimas. Intenção abortada logo nos primeiros meses após o aumento, quando a alta dos preços acompanhava a correção dos salários. Estabelecia-se o círculo vicioso em que os sindicatos pressionavam por melhores salários, que eram a curto prazo consumidos pela alta dos preços, o que exigia nova reivindicação salarial.

Assim, refletindo esta relação, a questão salarial e a carestia da vida aparecem de forma contínua nos jornais da época, tanto das capitais como das principais cidades do interior. Os preços abusivos da alimentação e dos aluguéis foram os mais sentidos pelos trabalhadores. A prática do câmbio negro começou a se tornar comum, afetando produtos de primeira necessidade como o pão, o açúcar, o toucinho e a carne. Cobrava-se, por meio da imprensa ou de manifestações populares, uma ação mais enérgica do governo federal e dos governos estaduais no combate aos especuladores e ao abuso dos preços.

O plano de governo de Milton Campos, em Minas Gerais, incluiu medidas visando o barateamento da vida no Estado. Entre elas, a aquisição de gêneros de primeira necessidade pela administração municipal de Belo Horizonte, que as repassaria diretamente aos produtores, e a

criação de comissões de preços, de acordo com o plano estabelecido pelo governo federal, que fixariam os preços dos gêneros no mercado.

Apesar das medidas anunciadas pelo governo estadual, nenhuma mudança efetiva foi sentida no dia-a-dia da população. Um dos pontos que a imprensa mineira mais focalizou era o fato de que não havia escassez que justificasse a alta dos preços dos gêneros alimentícios. O arroz, o feijão e a carne chegavam aos atacadistas de forma regular, mas abasteciam o mercado varejista de forma irregular e com preços abusivos. O governo também não era poupado: a política do tabelamento era ineficaz sem fiscalização dos estoques e punição dos sonegadores.

Em março de 1948, o governo Dutra, através da Comissão Central dos Preços e das comissões estaduais, deliberou "não permitir mais nenhum aumento de preços nos artigos essenciais à vida, a fim de conseguir a tão almejada estabilidade"<sup>4</sup>. Os comerciantes repudiaram a medida, lançando mão do argumento liberal de defesa do mercado livre, apoiado no movimento da oferta e da procura, e elegeram o racionamento e o tabelamento como os grandes vilões dos preços altos. Na visão liberal, a interferência do Estado nas relações entre vendedores e compradores dificultava o funcionamento do mercado e impedia o desenvolvimento das forças produtivas. A função do Estado deveria limitar-se à fiscalização das condições em que o comércio varejista estabelecia sua relação com o consumidor, fiscalizando pesos e medidas, higiene, estado de conservação e outros, além de punir os culpados. A nível geral, competiria ao Estado implementar uma política de fomento à produção, capaz de equilibrar salários e preços.

Os trabalhadores também tentaram marcar presença na definição das políticas de controle de preços. Em fevereiro de 1949, uma assembléia com representantes dos Círculos Operários, dos sindicatos e das associações de trabalhadores, aprovou um Memorial a ser encaminhado ao governador Milton Campos<sup>5</sup>, em que analisava as causas do encarecimento do custo de vida e solicitava medidas para o controle dos preços. A preocupação dos trabalhadores, expressa no documento, era com o tabelamento e o abastecimento. Para isto, solicitavam maior apoio à Comissão Orientadora de Preços e às suas decisões e maior entrosamento entre ela e a Delegacia de Ordem Econômica. Os trabalhadores tinham

<sup>4</sup> "A dança dos preços". O *Repórter*, Uberlândia, 10/mar./1948, p. 2.

<sup>5</sup> "Sugestões dos trabalhadores ao governo para barateamento do custo de vida". *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 23/fev./1949, p. 3.

representantes na COA e acreditavam que, com um maior apoio do Executivo, o órgão poderia ter uma atuação positiva no controle dos preços. O memorial salientou ainda a necessidade de publicação das tabelas de preços nos órgãos oficiais para conhecimento atualizado da população.

A política de controle dos preços nunca produziu resultados satisfatórios, a nível federal ou estadual e se, em um primeiro momento, os trabalhadores pleitearam a criação dos órgãos controladores de abastecimento e preços, em outros, reconheceram a inoperância destes órgãos e solicitaram o congelamento, como forma de garantir, pelo menos, o consumo dos produtos básicos.

Medidas paliativas foram também adotadas, durante o governo Juscelino Kubitschek, em Minas, com o objetivo de concorrer para o barateamento do custo de vida. Os Postos de Abastecimento e os Restaurantes Populares, ambos em Belo Horizonte, tinham como função o fornecimento de gêneros a preços mais acessíveis e refeições a preços módicos. Os primeiros estabelecimentos foram inaugurados em 1º de maio de 1952. A pretensão era construir postos e restaurantes nos bairros mais afastados da capital, que pudessem oferecer, a preço de custo, sem intermediários, produtos de primeira necessidade e refeições higiênicas e baratas. Na mesma linha de atuação, a Prefeitura de Belo Horizonte, gestão do Sr. Américo Renée Gianetti, construiu o Restaurante da Cidade, para fornecer refeições baratas aos trabalhadores.

Na segunda metade da década de 50, o custo de vida se transformou em um problema social grave, com a eclosão de movimentos populares em várias partes do Brasil. Estes movimentos denunciavam a revolta da população pobre frente a uma situação em que os orçamentos domésticos deixavam de ser suficientes para a aquisição dos gêneros de primeira necessidade. Em vista do clima de intranquilidade social, o governo federal, através da COFAP (Comissão Federal de Abastecimento e Preços), adotou, em 1958, o congelamento de preços dos produtos de primeira necessidade, visando controlar o comércio varejista, interrompendo a alta desenfreada destes produtos junto ao consumidor.

A medida trouxe reações diversas. De imediato, o aplauso dos consumidores, que acreditaram na possibilidade de o congelamento significar um freio para o aumento do custo de vida, estabilizando os preços. Os comerciantes transformaram-se em vilões da carestia, com o desaparecimento, no mercado, de produtos básicos, como arroz e banha. Instalou-se o mercado negro, onde as mercadorias eram vendidas fora da tabela oficial. Para os produtores, o problema que o Brasil enfrentava não era

a falta de produção, mas o colapso da navegação de cabotagem e da capacidade de armazenamento do país. Os sindicatos de produtores do Rio Grande do Sul encaminharam ao presidente Juscelino esta posição:

"Os portos e as regiões produtoras do Rio Grande do Sul estão completamente tomados de gêneros alimentícios. Verdadeiras pirâmides de produção erguem-se em todos os recantos. Milhares de toneladas de mercadorias deterioram-se. O colapso da navegação de cabotagem nacional impede que essa produção chegue aos centros de consumo. Enquanto o Norte e o Nordeste clamam por alimentos, o Sul clama por navegação. A alta dos preços dos gêneros de primeira necessidade já não é determinada simplesmente pelo surto inflacionário, mas também pela desorganização imperante nas nossas linhas de navegação. Alta que recai, em última instância, sobre o povo, exausto, nos últimos limites de resistência (...)"<sup>10</sup>.

Na linha do pensamento liberal, o congelamento significava intervenção do Estado na economia e contrariava a posição dos produtores de que o mercado deveria ser regulado pela lei da oferta e da procura. A política agrícola do governo também não era poupada. A classe capitalista reclamava da falta de apoio à agricultura, que sofria com a insuficiência de créditos, a tecnologia arcaica, a falta de silos para armazenamento e de preços mínimos compatíveis com o custo da produção. O resultado desta situação era a baixa produtividade, que comprometia o abastecimento e elevava os preços. A solução do congelamento era uma panacéia, que iludia o povo e não resolvia o problema da produção.

Os comerciantes, através de suas associações, discordaram da metodologia adotada, que fixou os preços-teto dos gêneros de primeira necessidade. De acordo com representantes do setor, entre eles o Sr. Emílio Lang Júnior, da Associação Comercial de São Paulo, a medida decretada pelo governo não levou em conta o custo da produção (adubos, sementes, inseticidas), do transporte, dos implementos agrícolas, dos combustíveis, dos salários. Neste sentido, o congelamento, levando em conta apenas o preço de varejo e desprezando o longo percurso da produção, tinha poucas chances de ser uma política eficaz. A sua concretização dependeria de uma ação policial, capaz de reprimir os comerciantes que não obedecessem às tabelas ou se recusassem a vender os gêneros tabelados.

<sup>10</sup> "Câmbio negro entra no lar". *O Cruzeiro*, Rio de Janeiro, 13/dez./1958, p. 111.

O congelamento foi adotado porque o custo de vida no Brasil atingia uma situação de descontrole. O país passava, entre 1953 e 1957, a ocupar o quarto lugar entre as nações de vida mais cara do mundo, perdendo apenas para Bolívia, Chile e Coréia<sup>11</sup>. A alta dos preços afetava os orçamentos não só dos assalariados, mas também dos segmentos médios, preocupados em manter o seu nível de vida.

Acompanhando a política federal de controle dos preços, o governo mineiro lançou um programa de combate aos aumentos, congelando os preços dos principais gêneros alimentícios pelos valores de outubro de 1958 e intensificando a fiscalização. Foram congelados os preços de 26 gêneros, entre eles, açúcar, arroz, banha, farinha de trigo, de milho e mandioca, mas foram deixados de fora artigos importantes para o consumo popular, como leite e carne<sup>12</sup>.

As críticas à política salarial e à elevação do custo de vida tornaram-se mais contundentes em 1959. Os aumentos concedidos ao salário-mínimo chegaram a ser superiores ao aumento do custo de vida. Mas, a partir de um certo patamar, os salários passaram a ser corrigidos por índices inferiores aos da inflação. Sofreram este processo principalmente os salários intermediários, dos funcionários públicos, profissionais liberais ou mão-de-obra qualificada, onde foi visível a perda de poder aquisitivo. Um editorial da revista *Desenvolvimento & Conjuntura*, referindo-se à situação do funcionalismo, afirmou que

"(...) enquanto o aumento do custo de vida se tornava 5,8 vezes mais elevado, os vencimentos eram ampliados de apenas 4,9 vezes. Nessas condições, a renda real de um funcionário desse padrão (padrão inferior) reduziu-se em 1959 a 85% da correspondente a 1948 (...) um funcionário do padrão O (superior) perdeu, nos últimos 11 anos, mais da metade da sua renda real<sup>13</sup>."

Esta perda real do poder aquisitivo dos assalariados, apesar dos aumentos nominais, não seguiu a violenta alta dos preços de todos os bens e serviços.

Os produtos de primeira necessidade, como o feijão, a batata, o arroz

<sup>11</sup> "A vida pela hora da morte". *O Cruzeiro*, Rio de Janeiro, 20/dez./1958, p. 23.

<sup>12</sup> "Congelamento de preços no Estado". *O Repórter*, Uberlândia, 25/nov./1958, p. 1.

<sup>13</sup> "Editorial - Inflação e Classe Média". *Desenvolvimento & Conjuntura*, Rio de Janeiro, Ano IV, n. 6, jun./1960. pp. 3-5.

e a carne, sumiam do mercado e só retornavam após majoração considerável nos seus preços de venda a varejo. A COFAP não conseguia resolver os problemas de abastecimento e o órgão encontrava-se desmoralizado na visão da população, que o acusava de favorecimentos e de fazer o jogo dos sonegadores. A Comissão era incapaz de fazer cumprir o decreto federal de congelamento e os produtos não relacionados passavam a subir rapidamente. Os produtos tabelados sumiam do mercado e só estavam disponíveis para quem estivesse disposto a comprá-los no câmbio negro. A própria COFAP autorizou o aumento do preço de vários produtos, pressionada pelos interesses dos comerciantes. A política de controle de preços do governo assumia assim um caráter demagógico, trabalhando com a aparência de uma ação voltada para a defesa dos interesses populares, quando a inexistência de uma política econômica e social, que levasse em conta os interesses dos trabalhadores, transformava esta ação em recurso político que objetivava dar à população a impressão de que o governo lutava para coibir a alta dos preços.

O caso da carne é exemplar para mostrar o peso do poder econômico nas decisões governamentais no período. O mercado da carne era dominado, no final da década de 50, pelos frigoríficos estrangeiros Wilson, Armour e Swift. Pressionando a COFAP pela autorização de aumento de preços, os frigoríficos diminuían a cota de carne destinada ao abastecimento urbano. Com o produto escasso, os preços dobravam, tornando-se impossível encontrar a mercadoria pelo valor de tabela.

Em outubro de 1959, o general Ururaí Magalhães, então presidente da COFAP, propôs a intervenção militar nos frigoríficos e suas invenções, como forma de regularizar o abastecimento<sup>14</sup>. A resistência que esta sugestão recebeu, resistência exemplificada na expressão do Embaixador brasileiro em Washington, Valter Moreira Sales - "Assim o capital americano vai se retrair" — levou o governo brasileiro a pensar em uma solução paliativa: importar carne da Argentina. Aliás, a importação de gêneros alimentícios passou a ser o caminho adotado para o abastecimento do mercado interno, frente à situação de falta de produtos ofertados no varejo e aumento exorbitante dos preços.

Desde 1958, quando das pressões para que o governo revisse a tabela do salário-mínimo antes do prazo fixado pela legislação, a existência da COFAP e das comissões estaduais era questionada. Incapazes de resolver

<sup>14</sup> "Três milhões de seres humanos em busca de um quilo de carne". *Manchete*, Rio de Janeiro, 14/nov./1959, pp. 9-10.

problemas de abastecimento e preço, estes órgãos perdiam sua função e conseguiam descontentar, ao mesmo tempo, produtores, comerciantes e consumidores em geral. Descontentamento que, canalizado para a discussão sobre a existência, ou não, de organismos de controle do mercado, simbolizava a falência de uma política econômica que havia acenado com a possibilidade de uma mudança social que atingisse os trabalhadores e os inserisse na nova ordem do progresso.

Iniciamos a década de 60 com os reflexos da crise marcando o cotidiano das camadas populares. Uma manifestação dos trabalhadores em Minas Gerais, programada para o dia 21 de janeiro de 1960, indicava os limites da proposta desenvolvimentista, a marca do período que se encerrava com o término do governo J.K. "O dia do protesto e da omissão" reuniu os trabalhadores no auditório da Feira das Amostras, em Belo Horizonte, em uma grande assembleia, onde três questões básicas foram abordadas: a regulamentação do direito de greve, a Lei Orgânica da Previdência Social e a carestia de vida<sup>15</sup>.

O movimento foi pacífico, não incluiu nenhuma forma de paralisação das atividades do trabalho, apenas conclamava os trabalhadores a comparecerem à concentração. A regulamentação do direito de greve e a Lei Orgânica da Previdência Social eram projetos que tramitavam no Congresso.

O dia de protesto contra a carestia foi simbolizado no *slogan* "Não compre nada no dia 21", divulgado pelos sindicatos, dirigido principalmente às donas de casa, como forma de mostrar o descontentamento com a alta dos preços e com a diminuição do poder de compra dos salários. Os representantes sindicais fizeram questão de reafirmar que o protesto não era contra as autoridades, sendo as estaduais e as municipais convidadas para o evento. Na mesa coordenadora dos trabalhos, a presença de representantes do prefeito, da Câmara de Vereadores e do Delegado Regional do Trabalho mostrou uma prática que foi usual no período, onde a aproximação marcou as relações entre governo e associações de trabalhadores.

Em junho de 1960, começaram as primeiras providências para a revisão do salário-mínimo. A principal justificativa desta necessidade era a elevação do custo de vida em 52% em 1959 e cerca de 15% nos primeiros meses de 1960. Em outubro, o novo salário entrou em vigor,

<sup>15</sup> "Concentração hoje dos trabalhadores mineiros". *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 21/jan./1960, p. 10.

devendo prevalecer por 3 anos, como previa a legislação, embora este prazo nunca tenha sido cumprido. Um ano depois, o Decreto n. 51.336, que "dispõe sobre níveis de salário-mínimo", concedeu um reajustamento global de 40% sobre os salários de 1960, índice indicado pelo Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho e não pelos estudos técnicos para cada região. Pela primeira vez um decreto sobre salário-mínimo fez referência

*"(...) a taxas de elevação do custo de vida e aos salários dos trabalhadores (que) perderam o poder aquisitivo, afirmando que (...) a preservação dos salários é indispensável à manutenção da paz social e que cabe ao governo assegurar a harmonia entre as classes produtoras e trabalhadoras, em benefício de toda a população brasileira."*

Neste contexto, vivido pelo país e pelo Estado nos anos 50, a contradição aparente parecia opor a democracia política, que garantia a participação popular através do voto, ao movimento de desenvolvimento do capital e da concentração de riqueza. No entanto, foi a mesma participação política que abriu espaços para a presença dos trabalhadores na cena eleitoral que os habilitou a reivindicar, e o descontentamento se fez sentir através de greves e das manifestações explosivas de rua. Os empresários, trabalhando com o conceito da harmonia entre empregados e empregadores, e contando com o apoio do Estado, propuseram e concretizaram uma política assistencialista, voltada para a melhoria das condições de trabalho e de vida nas empresas e fora delas. Embora não estivesse em pauta a transformação do regime, a classe trabalhadora lutava, pelo menos, por maior participação na riqueza acumulada. Os empresários, interessados em manter o processo de concentração do capital, acenavam com mudanças conjunturais, que iam da melhoria do ambiente de trabalho à qualificação da mão-de-obra, como forma de elevação salarial, consciente de que a exploração capitalista possuía limites e que o momento exigia alterações na relação social até então existente. Nesta luta desigual, o Brasil trilhava mais uma etapa na consolidação de sua opção capitalista.

## **Bibliografia**

ABREU, Marcelo de Paiva e outros. *A ordem do Progresso: cem anos de política econômica republicana, 1889-1989*. Rio de Janeiro: Campos, 1992.

ARRUDA, José Jobson de Andrade. *História Econômica e a "Nova Nouvelle Historie"*:

- por uma síntese histórica. *Anais*. Juiz de Fora: ANPUH/MG, 1994, pp. 72-90.
- BRAVERMAN, Harry. *Trabalho e Capital Monopolista*. A degradação do trabalho no século XX. 3ª ed., Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento Econômico Brasileiro*. O ciclo ideológico do desenvolvimentismo. 3ª ed., Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- DELGADO, Ignácio Godinho. *A estratégia de um revés*. Estado e Associações Empresariais em Minas. Juiz de Fora: EDUFJF, 1997.
- \_\_\_\_\_. A "independência econômica de Minas Gerais": Imagens do Discurso do Empresariado Mineiro nos anos 40 e 50. In *LOCUS*. Revista de História, Juiz de Fora/MG: NHR/EDUFJF, 1995, pp. 91-116.
- DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *PTB: do getulismo ao reformismo - 1945/1964*. São Paulo: Marco Zero, 1989.
- DINIZ, Célio Campolina. *Estado e capital estrangeiro na industrialização mineira*. Belo Horizonte: UFMG, 1981.
- DULCI, Otávio Soares. *Política e Recuperação Econômica em Minas Gerais*. Belo Horizonte: UGMG, 1999.
- FORTES, Alexandre e outros. *Na Luta por Direitos*. Estudos Recentes em História Social do Trabalho. Campinas/SP: Ed. da Unicamp, 1999.
- GOMES, Ângela de Castro (Org.). *O Brasil de JK*. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 1991.
- HOBBSAWM, Eric. *Era dos Extremos. O breve século XX, 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- \_\_\_\_\_. *Mundos do Trabalho*. Novos estudos sobre história operária. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- LOPES, Lucas. *Memórias do Desenvolvimento*. Depoimento. Rio de Janeiro: Centro da Memória da Eletricidade no Brasil, 1991.
- MARX, Karl. *O Capital*. Crítica da Economia Política. L. 1, 7ª ed., São Paulo: Difel, 1982, Vs. 1 e 2.
- MENDONÇA, Sônia Regina de. Dez anos de economia brasileira: história e historiografia. 1954/1964. *Revista Brasileira de História* 14 (27). São Paulo: ANPUH/Marco Zero, 1994, pp. 87-97.
- PEREIRA, Laurindo Mékie. *A cidade do favor*. Montes Claros em meados do século XX. Montes Claros/MG: Ed. Unimontes, 2002.
- THOMPSON, E. P. Folclore, Antropologia e História Social. In: *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas/SP: Ed. da Unicamp, 2001, pp. 227-267.